

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 21

Considerando que os poderes administrativos são prerrogativas que se outorgam aos agentes do Estado com vistas a viabilizar a consecução do interesse público, assinale a opção correta.

- A** Abuso de poder e desvio de poder são espécies do gênero excesso de poder que, presentes quando da prática de um ato administrativo, ensejam sua nulidade.
- B** Os poderes administrativos são facultados ao administrador, que pode ou não fazer-lhes uso, conforme critério subjetivo e as peculiaridades do caso concreto.
- C** O não exercício de poderes administrativos não resulta necessariamente em conduta omissiva ilegal, sobretudo em hipóteses em que a reserva do possível justifique a impossibilidade de um agir estatal.
- D** O agente público que, motivadamente, não necessitar dos poderes administrativos para o desempenho de suas atribuições pode a eles renunciar.
- E** Há desvio de poder sempre que o agente transcende os limites de sua competência.

### QUESTÃO 22

Determinada agência reguladora, atuando em sua esfera de atribuições, editou ato normativo de apurada complexidade técnica com vistas a elucidar conceitos legais e regular determinado segmento de atividades consideradas estratégicas e de interesse público.

Nessa situação hipotética, a atuação da agência configurou exercício do poder

- A** de polícia.
- B** regulamentar.
- C** discricionário.
- D** disciplinar.
- E** hierárquico.

### QUESTÃO 23

Determinada comissão de servidores, designada para a condução de procedimento licitatório, ao final de seus trabalhos, homologou o resultado e adjudicou o objeto ao vencedor.

Nessa situação hipotética, os atos administrativos de homologação do resultado e de adjudicação do objeto classificam-se,

- A** quanto à forma de exteriorização, como parecer, sendo possível sua revogação judicial.
- B** quanto à forma de exteriorização, como deliberação, sendo impossível revogá-los após a celebração do correspondente contrato administrativo.
- C** quanto aos seus efeitos, como declaratórios, podendo a administração revogá-los.
- D** quanto à intervenção da vontade administrativa, como complexos, podendo ser anulados judicialmente.
- E** quanto ao conteúdo, como admissão, podendo a administração anulá-los.

### QUESTÃO 24

O princípio da razoabilidade

- A** se evidencia nos limites do que pode, ou não, ser considerado aceitável, e sua inobservância resulta em vício do ato administrativo.
- B** incide apenas sobre a função administrativa do Estado.
- C** é autônomo em relação aos princípios da legalidade e da finalidade.
- D** comporta significado unívoco, a despeito de sua amplitude, sendo sua observação pelo administrador algo simples.
- E** pode servir de fundamento para a atuação do Poder Judiciário quanto ao mérito administrativo.

### QUESTÃO 25

Com base no disposto na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta a respeito dos atos do processo administrativo.

- A** Permite-se que tais atos sejam praticados oralmente, dados os princípios da eficiência e da celeridade.
- B** Tais atos devem ser praticados, preferencialmente, na sede do órgão administrativo, sendo obrigatória a ciência ao interessado no caso de virem a ser realizados em outro local.
- C** Exige-se o reconhecimento de firma para todos os documentos que forem assinados em razão da prática dos citados atos.
- D** Os atos em questão podem ser realizados em qualquer dia e horário.
- E** Exige-se forma específica e prevista em lei para a realização dos atos em apreço.

### QUESTÃO 26

Determinado ato administrativo revogou outro ato. Posteriormente, contudo, um terceiro ato administrativo foi editado, tendo revogado esse ato revogatório.

Nessa situação hipotética, o terceiro ato

- A** ripristinou o ato primeiramente revogado, ou seja, restaurou os efeitos deste.
- B** provocou a caducidade do primeiro ato, que não poderá produzir efeitos.
- C** renovará os efeitos do primeiro ato somente se dele constar expressamente tal intuito.
- D** convalidou o primeiro ato administrativo, que volta a surtir efeitos regularmente.
- E** é nulo, pois o ato revogatório é irrevogável.

### QUESTÃO 27

O direito administrativo é

- A** um ramo estanque do direito, formado e consolidado cientificamente.
- B** um ramo do direito proximamente relacionado ao direito constitucional e possui interfaces com os direitos processual, penal, tributário, do trabalho, civil e empresarial.
- C** um sub-ramo do direito público, ao qual está subordinado.
- D** um conjunto esparsos de normas que, por possuir características próprias, deve ser considerado de maneira dissociada das demais regras e princípios.
- E** um sistema de regras e princípios restritos à regulação interna das relações jurídicas entre agentes públicos e órgãos do Estado.

**QUESTÃO 28**

As entidades autônomas integrantes da administração indireta que atuam em setores estratégicos da atividade econômica, zelando pelo desempenho das pessoas jurídicas e por sua consonância com os fins almejados pelo interesse público e pelo governo são denominadas

- A agências autárquicas executivas.
- B serviços sociais autônomos.
- C agências autárquicas reguladoras.
- D empresas públicas.
- E sociedades de economia mista.

**QUESTÃO 29**

O brasileiro naturalizado

- A poderá ocupar o cargo de presidente do Senado Federal.
- B poderá ocupar o cargo de ministro de Estado da Defesa.
- C não poderá ocupar cargo da carreira diplomática.
- D perderá a nacionalidade brasileira no caso de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
- E poderá ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

**QUESTÃO 30**

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), a perda ou a suspensão dos direitos políticos se dará em caso de

- A condenação criminal por decisão de tribunal contra a qual caiba recurso.
- B incapacidade civil relativa.
- C condenação em ação de improbidade administrativa, nos termos da lei.
- D cancelamento da naturalização por decisão judicial de primeira instância.
- E condenação criminal por decisão judicial de primeira instância.

**QUESTÃO 31**

A respeito das competências dos entes federados, assinale a opção correta.

- A Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa residual para atender às suas peculiaridades.
- B A eficácia de lei estadual vigente não será suspensa na hipótese de superveniência de lei federal sobre normas gerais, mesmo que a lei federal traga disposições contrárias à lei estadual.
- C Compete privativamente à União zelar pela guarda da CF, das leis e das instituições democráticas.
- D A competência da União para legislar sobre normas gerais afasta a competência suplementar dos estados.
- E No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

**QUESTÃO 32**

De acordo com a CF, na fixação do vencimento e da remuneração dos servidores públicos, deve-se observar

- A se o ocupante do cargo é afrodescendente.
- B a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
- C se o ocupante do cargo é portador de deficiência.
- D se o cargo é destinado a hipossuficiente.
- E se o cargo é destinado a indígena.

**QUESTÃO 33**

Os servidores abrangidos pelo regime da previdência

- A poderão se aposentar voluntariamente, desde que cumpridos tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- B serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos setenta e dois anos de idade.
- C serão aposentados por invalidez permanente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, caso a invalidez decorra de acidente em serviço.
- D poderão se aposentar voluntariamente, aos sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de contribuição, se homem.
- E poderão se aposentar voluntariamente, aos cinquenta e cinco anos de idade e vinte e cinco anos de contribuição, se mulher.

**QUESTÃO 34**

Os componentes do Conselho Nacional de Justiça incluem

- A um desembargador de tribunal de justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- B o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal.
- C dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, ambos indicados pela Câmara dos Deputados.
- D um advogado indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- E um juiz estadual, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.

**QUESTÃO 35**

Caberá recurso das decisões dos tribunais regionais eleitorais somente quando estas

- A divergirem da interpretação de lei de um tribunal eleitoral e de um tribunal regional federal.
- B versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais, estaduais ou municipais.
- C versarem sobre inelegibilidade nas eleições federais ou estaduais.
- D determinarem a concessão de *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção.
- E determinarem a anulação de diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais.

**QUESTÃO 36**

É permitida, observados os pressupostos constitucionais, a edição de medidas provisórias sobre matéria

- A relativa à organização do Poder Judiciário.
- B relativa à nacionalidade e à cidadania.
- C que vise ao sequestro de bens.
- D objeto de projeto de lei pendente de aprovação pelo Congresso Nacional.
- E relativa a partidos políticos e direito eleitoral.

**QUESTÃO 37**

Assinale a opção correta a respeito da prestação de contas partidária.

- A** A desaprovação de suas contas sujeita o partido à suspensão do repasse de novas quotas do Fundo Partidário.
- B** A obrigação de prestar contas à justiça eleitoral atinge todos os órgãos partidários municipais, inclusive aqueles que não hajam movimentado recursos financeiros ou arrecadado bens estimáveis em dinheiro.
- C** A desaprovação das contas do partido impede sua participação no processo eleitoral subsequente.
- D** Caso, no exame das contas, seja constatado recurso de origem não mencionada, o partido ficará sujeito à suspensão do repasse de novas quotas do Fundo Partidário.
- E** Partidos políticos podem receber recursos provenientes de entidades sindicais.

**QUESTÃO 38**

Assinale a opção correta acerca de prestação de contas dos gastos de campanha.

- A** Se, ao final da campanha, ocorrer sobra de recursos financeiros, esta deverá ser utilizada na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e educação política.
- B** O uso, na campanha, de recursos provenientes de conta outra que não aquela aberta com essa finalidade específica implica as sanções de advertência ao candidato e multa.
- C** A inobservância do prazo para a prestação de contas impede a diplomação dos eleitos, enquanto perdurar.
- D** Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados a criar um sítio eletrônico na rede mundial de computadores, para declarar os recursos recebidos nas suas campanhas em até setenta e duas horas do seu recebimento.
- E** O critério que autoriza a utilização do sistema simplificado de prestação de contas é apenas a reduzida movimentação financeira do candidato.

**QUESTÃO 39**

Relativamente às condições para criação, funcionamento e financiamento dos partidos políticos, assinale a opção correta.

- A** A mudança substancial ou o desvio reiterado do programa partidário, a ocorrência de grave discriminação política e pessoal e a filiação a um partido recém-criado são justa causa para desfiliação dos detentores de mandato.
- B** A maior parte dos recursos do Fundo Partidário é distribuída aos partidos políticos na proporção das cadeiras conquistadas na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, devendo ser consideradas, em qualquer hipótese, as mudanças de filiação partidária.
- C** Ao menos 25% dos recursos do Fundo Partidário devem ser aplicados na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política e na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.
- D** O tempo de acesso dos partidos políticos ao rádio e à televisão, para propaganda partidária, é distribuído proporcionalmente ao número de votos que cada partido tiver angariado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.
- E** As listas de apoio à criação de um novo partido, para fins de registro do estatuto da nova sigla no Tribunal Superior Eleitoral, deverão ser assinadas por um percentual mínimo de eleitores já filiados a partidos políticos.

**QUESTÃO 40**

A respeito das campanhas eleitorais por meio do rádio, da televisão e da Internet, assinale a opção correta.

- A** Pessoas jurídicas sem fins lucrativos podem manter nos seus sítios peças de propaganda eleitoral.
- B** Não há restrição legal à livre manifestação do pensamento em atividade de campanha eleitoral na Internet.
- C** Sindicatos e associações podem ceder o cadastro de seus integrantes a partidos e candidatos para fins de campanha eleitoral na Internet.
- D** A lei assegura a participação de todos os partidos que tenham apresentado candidatos nos debates promovidos por redes de televisão.
- E** O uso de mensagens eletrônicas na campanha é permitido, desde que essas mensagens contenham dispositivo que permita o descadastramento do destinatário.

**QUESTÃO 41**

Com relação às regras que presidem as eleições no Brasil, assinale a opção correta.

- A** Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários, em razão das exigências de votação nominal mínima, serão distribuídos conforme a ordem de votação dos candidatos, independentemente dos partidos.
- B** Partidos têm autonomia para celebrar suas coligações em cada estado, mas as coligações municipais terão de ser congruentes com as coligações decididas no plano do estado.
- C** Os votos brancos e nulos são computados para fins de cálculo do quociente eleitoral.
- D** Partidos que não preencherem os percentuais mínimos de candidatos de cada sexo estarão sujeitos à redução em 50% dos repasses do Fundo Partidário a que tiverem direito nos doze meses seguintes à eleição.
- E** Uma vez determinados os quocientes eleitoral e partidário, estarão eleitos, entre os candidatos registrados por um partido ou coligação que tenham obtido votos em número igual ou superior a 10% do quociente eleitoral, tantos quantos o respectivo quociente indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.

**QUESTÃO 42**

Com relação às condições de elegibilidade e de inelegibilidade que vigoram no Brasil, assinale a opção correta à luz das normas vigentes.

- A** São inelegíveis os condenados em primeira instância por crimes de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura e terrorismo e por crimes hediondos.
- B** Para concorrer às eleições o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano e estar com a filiação partidária definida pelo partido no mesmo prazo.
- C** A idade mínima exigida dos candidatos a vereador deverá ser verificada tendo como referência a data da posse.
- D** Candidatos expulsos do partido antes da eleição estarão sujeitos ao cancelamento do registro.
- E** Filhos adotivos, tios e sobrinhos dos prefeitos são inelegíveis nos respectivos municípios desses prefeitos, salvo se já forem titulares de mandatos eletivos e candidatos à reeleição.

**QUESTÃO 43**

A respeito da organização de partidos políticos, assinale a opção correta.

- A** Desde que haja disposição estatutária nesse sentido, partidos poderão aceitar como filiados menores de dezesseis anos de idade.
- B** O partido político que promover o conflito entre grupos de cidadãos brasileiros poderá sofrer o cancelamento do seu registro civil.
- C** O processo de fusão de partidos exige a elaboração conjunta de estatutos e programas por parte dos órgãos de direção dos partidos envolvidos.
- D** Não incidem restrições legais sobre a fusão ou incorporação de partidos políticos.
- E** É vedado aos partidos políticos estabelecer nos seus estatutos prazos de filiação partidária superiores aos previstos na lei para fins de candidaturas a cargos eletivos.

**QUESTÃO 44**

Assinale a opção correta sobre as campanhas eleitorais.

- A** A retirada de bandeiras e mesas para a distribuição do material de campanha entre vinte e duas horas e seis horas é condição para seu uso na campanha eleitoral.
- B** O uso de alto-falantes e amplificadores de som nas campanhas eleitorais deve obedecer tão somente a restrições de localização: não pode ocorrer nas proximidades de hospitais, casas de saúde, escolas e igrejas, entre outros locais.
- C** Servidores públicos e empregados da administração direta são proibidos de participar de campanhas eleitorais.
- D** Falar de possível candidatura em entrevista a programa de rádio ou televisão antes do dia quinze de agosto de anos eleitorais caracteriza propaganda antecipada, mesmo que a fala não contenha pedido de votos.
- E** A convocação de rede de radiodifusão por parte do presidente da República com o objetivo exclusivo de divulgar as realizações da sua gestão, sem atacar partidos ou candidatos opositores, não configura propaganda antecipada.

**QUESTÃO 45**

Ao oferecer ensino público e gratuito a amplos setores da população — ação estatal que promove um ajuste na oferta de bens e serviços à sociedade, permitindo, entre outros benefícios, o acesso à educação para os setores mais carentes da sociedade —, o Estado brasileiro

- A** acentua o desequilíbrio de mercado, pois concorre em condições desiguais com a iniciativa privada.
- B** produz um serviço público, fato que caracteriza a função alocativa.
- C** promove um ajustamento na distribuição de renda, atendendo à função distributiva.
- D** cumpre sua função estabilizadora, pois estimula a manutenção do nível de emprego.
- E** atende a uma necessidade social da população, porém sem interferência na função econômica.

**QUESTÃO 46**

O parágrafo único do artigo 20 da Lei n.º 4.320/1964, conforme o qual “os programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa, poderão ser custeados por dotações globais, classificadas entre as despesas de capital”, constitui uma exceção ao princípio da

- A** exclusividade.
- B** universalidade.
- C** unidade.
- D** periodicidade.
- E** especificação.

**QUESTÃO 47**

Relativamente ao orçamento público brasileiro, assinale a opção correta.

- A** O orçamento anual deve incorporar os orçamentos fiscal, de investimentos, da seguridade social e das empresas nas quais o poder público tenha participação.
- B** Na classificação orçamentária segundo a fonte dos recursos, os resultados obtidos pelo Banco Central do Brasil são considerados outras fontes.
- C** Os programas contidos no orçamento público dividem-se em temáticos; de gestão, manutenção e serviços ao Estado; e operações especiais, incluindo-se nesta última categoria os serviços da dívida externa.
- D** Enquanto o crédito especial é incorporado ao orçamento, por adição da importância autorizada à dotação orçamentária, a despesa com crédito suplementar apresenta-se separadamente do orçamento.
- E** O plano plurianual estabelece diretrizes nacionais para as despesas de capital e para os programas de duração continuada.

**QUESTÃO 48**

A respeito da programação e da execução orçamentária e financeira, assinale a opção correta.

- A** O Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal permite o acompanhamento orçamentário, por meio de dados físicos e financeiros dos subtítulos das ações.
- B** As alterações orçamentárias são realizadas por meio de créditos suplementares, especiais ou extraordinários, sendo vedada a alteração na modalidade de aplicação.
- C** Compete ao órgão descentralizador do crédito a programação financeira das dotações descentralizadas relativas a termo de convênio.
- D** A execução dos créditos orçamentários por unidade gestora pertencente a órgão de estrutura diferente da prevista na lei do orçamento constitui-se por meio de descentralização interna.
- E** O acompanhamento orçamentário externo é atribuição dos tribunais de contas dos estados ou da União.

**QUESTÃO 49**

Com relação à receita pública, assinale a opção correta.

- A** São receitas de capital os recursos financeiros recebidos por ente público para custear despesas com pessoal, com serviços de terceiros ou com material de consumo.
- B** Um dos estágios da receita pública é o recolhimento, que consiste na entrega dos recursos devidos pelos contribuintes ou devedores ao Tesouro Nacional.
- C** A classificação da receita pública por fonte de recursos indica a origem do recurso segundo o seu fato gerador, quer seja recurso do Tesouro Nacional, quer de outras fontes.
- D** As dívidas da União dividem-se em dívidas ativas e dívidas passivas, conforme a etapa da execução orçamentária em que se encontre o pagamento da obrigação da União.
- E** A receita pública origina-se tanto da exploração de patrimônio de pessoa jurídica de direito público quanto do poder do Estado de exigir prestações pecuniárias dos cidadãos.

**QUESTÃO 50**

A respeito de despesa pública, assinale a opção correta.

- A** Restos a pagar são despesas pendentes de empenho e pagamento quando do encerramento do exercício financeiro.
- B** A despesa com inscrição em restos a pagar cancelada constitui uma despesa de exercício anterior se o direito do credor ainda estiver em vigor.
- C** Os restos a pagar e os serviços da dívida são exemplos de dívida fundada.
- D** Obras públicas, subvenções econômicas e juros da dívida pública são despesas de capital.
- E** Empenho é ato contábil que registra a obrigação do Estado de efetuar pagamento a terceiro, pendente ou não de implemento de condições.

**QUESTÃO 51**

Acerca de transparência, controle e fiscalização das contas públicas, conforme estabelece a Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, assinale a opção correta.

- A** As contas do Poder Judiciário serão apresentadas, no âmbito da União, pelos presidentes dos tribunais de justiça.
- B** O orçamento público é instrumento de transparência da gestão fiscal.
- C** A despesa pública e o resultado dos fluxos financeiros devem obedecer ao regime de competência.
- D** O balanço orçamentário deve conter as receitas por grupo de natureza e as despesas, por fonte.
- E** O relatório de gestão fiscal deve conter o total da despesa com pessoal, excluídos os pensionistas.

**QUESTÃO 52**

Tendo como referência a LRF, assinale a opção correta.

- A** A proposta de aperfeiçoamento da ação governamental dispensa a elaboração de estimativa de impacto financeiro, mas exige a estimativa de impacto orçamentário.
- B** Dívida pública mobiliária é o total de obrigações financeiras do ente público, resultante de leis, contratos e convênios.
- C** Um dos objetivos da LRF é fixar normas que estimulem a responsabilidade na gestão orçamentária.
- D** Na lei de diretrizes orçamentárias, o anexo de metas fiscais deve conter avaliações atuariais.
- E** Receita corrente líquida é o montante bruto de receitas tributárias, de contribuições e patrimoniais, depois de efetuadas as deduções legalmente previstas.

**QUESTÃO 53**

Em uma relação colaborativa entre organizações privadas e o Estado, na qual as organizações participam do processo decisório e recebem uma série de atribuições referentes às políticas públicas, predomina o

- A** neoliberalismo.
- B** neocorporativismo.
- C** clientelismo.
- D** corporativismo privado.
- E** corporativismo estatal.

**QUESTÃO 54**

Assinale a opção correta, acerca das funcionalidades do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG).

- A** O usuário que registra documentos no sistema é também responsável pela verificação da conformidade mensal.
- B** O usuário cadastrado na modalidade de uso geral tem permissão para apenas realizar consultas gerais.
- C** O perfil auditoria é atribuído ao servidor responsável pelo acompanhamento da execução de contrato.
- D** O SIASG disponibiliza informações sobre processos licitatórios, cadastro de fornecedores e catálogo de materiais e serviços.
- E** O nível de acesso 2 — órgão — permite o acesso geral a todos os dados da base do SIASG.

**QUESTÃO 55**

As agências executivas estão inseridas no setor estatal denominado

- A** serviços não exclusivos, correspondente ao setor em que o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não estatais.
- B** núcleo estratégico, setor em que as leis e as políticas públicas são definidas e em que seu cumprimento é cobrado.
- C** produção de bens e serviços para o mercado, correspondente à área de atuação das empresas estatais do segmento produtivo.
- D** atividades exclusivas, correspondente aos serviços que só o Estado pode realizar, possuindo poder de regulamentar, de fiscalizar e de fomentar.
- E** organizações sociais, correspondente às áreas que incentivam a produção não lucrativa, pela sociedade, de bens e serviços públicos não exclusivos do Estado.

**QUESTÃO 56**

Em se tratando da gestão por competências, estabelecer as competências organizacionais é fundamental para promover o alinhamento com as competências das pessoas. Nesse contexto, consideram-se competências organizacionais básicas aquelas

- A** relacionadas com a gestão de recursos financeiros, comerciais e produtivos para a obtenção de melhores resultados.
- B** apresentadas nas atividades exercidas na organização, inerentes a cada indivíduo.
- C** necessárias ao funcionamento organizacional, inerentes à estrutura e à organização para a realização do trabalho.
- D** que retratam o conjunto interdependente de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para a realização das tarefas das equipes.
- E** relativas a clientes e fornecedores, fundamentais para o sucesso da organização.

**QUESTÃO 57**

A respeito da divulgação de conteúdos e dos controles referentes à transparência na administração pública, assinale a opção correta.

- A** Informações relativas à execução orçamentária e financeira, licitações e contratos, nas páginas de transparência pública, devem ser atualizadas quinzenalmente.
- B** Os órgãos e entidades da administração pública federal devem divulgar a relação nominal das empresas que tenham sido declaradas impedidas de contratar com a administração pública federal.
- C** Informações relativas a execução orçamentária e financeira, licitações, contratações, convênios, diárias e passagens prescindem de sigilo.
- D** Para a correta interpretação das informações, cabe ao cidadão pesquisar em fontes fidedignas a definição dos termos técnicos utilizados nas páginas de transparência pública.
- E** Informações relativas a convênios que envolvam a transferência de recursos públicos federais celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal devem ser mantidas nas páginas de transparência pública por até cento e oitenta dias após o encerramento da vigência do contrato.

**QUESTÃO 58**

Em relação ao princípio da descentralização na administração pública, assinale a opção correta.

- A** Para formalizar a descentralização de atividades da administração federal para as unidades federadas, os instrumentos legais utilizados são os contratos.
- B** A administração de casos individualizados e a definição das normas e critérios a serem obedecidos pelos responsáveis pela execução são de competência de cada nível de execução.
- C** Nos órgãos da administração federal, a estrutura central de direção deve concentrar-se no planejamento, na supervisão, na coordenação e no controle, e não nas rotinas de execução de tarefas de mera formalização de atos administrativos.
- D** Convênios e parcerias público-privadas são as formas de descentralização de atividades da administração federal para a esfera privada.
- E** A distribuição das atividades entre os servidores dentro de um mesmo núcleo da administração pública é uma forma de descentralização.

**QUESTÃO 59**

No contexto de políticas públicas do Estado brasileiro, o conjunto de práticas que visam demolir barreiras sociais, culturais, econômicas e políticas que impliquem em exclusão ou desigualdade corresponde a

- A** descentralização.
- B** democracia.
- C** gestão local.
- D** cidadania.
- E** equidade social.

**QUESTÃO 60**

A reforma do aparelho do Estado inclui a dimensão institucional-legal, que visa

- A** aumentar a governabilidade do Estado por meio da capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência.
- B** suprimir os elementos patrimonialistas existentes no Estado para implantar uma administração por objetivos.
- C** mudar a mentalidade, que passe da desconfiança generalizada que caracteriza a administração burocrática para uma confiança maior, própria da administração gerencial.
- D** descentralizar a estrutura organizacional por meio da criação de novos formatos organizacionais, como as agências executivas e as regulatórias e as organizações sociais.
- E** ampliar a autonomia e introduzir três novas formas de responsabilização dos gestores: administração por resultados, competição administrada por excelência e controle social.

Espaço livre